



Instituto de  
**HISTÓRIA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**O perfil do mercado de cativos na cidade do Rio de Janeiro: notas sobre  
anúncios de vendas de escravos em jornais, 1809-1822**

SIMONE OLIVEIRA DA SILVA

Rio de Janeiro

2018

**O perfil do mercado de cativos na cidade do Rio de Janeiro: notas sobre  
anúncios de vendas de escravos em jornais, 1809-1822**

Simone Oliveira da Silva

Dre: 113055617

Instituto de História / CFCH

Bacharelado em História

Orientador: Prof. Drº. Manolo Florentino

Rio de Janeiro

2018

**O perfil do mercado de cativos na cidade do Rio de Janeiro: notas sobre  
anúncios de vendas de escravos em jornais, 1809-1822**

Simone Oliveira da Silva

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Rio de Janeiro

2018

## AGRADECIMENTOS

É difícil diluir em palavras todo sentimento de carinho e gratidão por aqueles que me ajudaram a realizar mais um sonho, não só apoiaram, como também se mantiveram firmes ao meu lado mesmo nos momentos de instabilidade emocional e psicológica. Chegar até aqui é o resultado de anos de luta e dedicação, na qual fiz escolhas e renúncias em prol de um objetivo, finalidade está que também esteve presente na vida do meu bem maior, minha mãe.

Dedico este trabalho a Dona Cosme, minha mãe, guerreira e trabalhadora, lutou para criar os filhos sozinha e diante das adversidade e ausência de apoio não fraquejou. Herdei a sua perseverança e garra para enfrentar uma sociedade preconceituosa e excludente. Obrigada mãe por me ensinar a nunca desistir. Lembro da minha primeira prova na faculdade, sai da sala chorando e repetindo para mim mesma que esse lugar não me pertence. Passei os anos da graduação acreditando nisso, mas no fundo sabia que aquele era o meu espaço, lugar pelo qual me doei e abdiquei de muitas coisas. E foram nesses momentos de desespero e inquietação, a Dona Cosme, a minha rainha, me confortou e acalantou o meu coração. Sem entender o que significa a graduação e o universo acadêmico devido a sua escolaridade, ainda sim, recorreu a sua generosidade e amor para segurar o meu desespero. A minha pedra preciosa, é assim que ela me chama e é assim que retribuo, dedico o meu coração e o meu sonho.

Agradeço aos meus amigos paulistas: Diego, Juliana, Val, Robinho, Cristiane, Elane, Leandro, Rafael e Felipe, que entre o vai e vem de São Paulo e Rio de Janeiro, sempre mantiveram o mesmo carinho e tratamento me recepcionando com afeto e respeito. Em especial, a minha amiga Tiara que ao longo desses 5 anos e meio de faculdade demonstrou cuidado e preocupação ao me perguntar diariamente se estava tudo bem.

Aos amigos cariocas: Pedro, Jorge, Marcos, Geanderson, Luciana, Letícia, Lucas, Augusto, Carlos, Hugo e Vinícius, obrigada pelo acolhimento e pelos momentos alegres e descontraídos no bar, BDP. E as minhas preciosidades: Paula, Eric e Priscila, não tenho palavras para expressar o meu amor e gratidão por vocês.

Ao meu amor, Jonatha, pelo companheirismo e, principalmente, por me fazer rir em dias de inquietação e tristeza.

A minha querida professora Andreia Daher, obrigada pelas aulas excepcionais e geniais, mais do que isso, sou grata por ter sido tão carinhosa nos momentos difíceis. Um especial agradecimento a professora Monica Lima pelo ensinamento e oportunidade em atuar como monitora e conhecer um pouco mais sobre África.

E por fim, ao meu orientador, Manolo, no qual sinto um profundo respeito e admiração. Obrigada pela paciência e compreensão nos prazos, nas reuniões e nas leituras dos meus textos. Sem dúvida nenhuma, devo a você a minha evolução acadêmica.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as informações sobre a venda de escravizados anunciados em três jornais da primeira metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro. Os jornais aqui trabalhados são *O Volantim*, *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*. Todas as informações foram concentradas em bancos de dados com mais de três mil anúncios referentes aos anos de 1809 a 1822. Feito o tratamento da fonte, consolidei os dados em gráficos sexo etário de crioulos e africanos. Esses processos, do colhimento a conversão em gráficos, foram essenciais para traduzir a linguagem numérica em literatura bem como articula-las com a produção historiográfica sobre o período. Este percurso suscitou investigar o perfil do mercado interno no momento de depressão internacional contra o trato de gente vindo do continente africano. O ponto central são as estratégias senhoriais diante dos tratados estabelecidos na segunda e terceira décadas do século XIX e, secundariamente, apresentar aspectos do cotidiano dos escravizados observando as suas ações frente à instituição escravista.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1. A estrutura demográfica do mercado interno e externo frente as pressões internacionais para o fim do comércio transatlântico, 1809-1820</b> .....	8
1.1 Análise do perfil geral do mercado interno de crioulos e africanos.....	9
1.2 Perfil sexo etário do mercado interno de crioulos.....	15
1.3 Perfil sexo etário do mercado interno de africanos.....	24
<b>Capítulo 2. O processo de independência e o comércio internacional de africanos escravizados, 1821-1822</b> .....	30
2.1 Das crioulas adultas aos infantes.....	33
2.2 As estratégias dos escravizados.....	39
<b>Considerações finais</b> .....	45
<b>Fontes</b> .....	48
<b>Bibliografia</b> .....	49

## INTRODUÇÃO

Nos séculos XVI e XVII, a região nordeste era a principal receptora de cativos devido à produção açucareira que na época era a mais importante atividade agroexportadora do país. No século seguinte, a coroa portuguesa começou a explorar novos recursos no interior da colônia e encontrou na região de Minas Gerais jazidas de ouro e depois diamantes. Reinicia um novo ciclo na produção econômica no país. Vale ressaltar que além da exploração aurífera e açucareira existiam outros produtos importantes presentes na pauta de exportação, muito embora constituíssem pequena escala. Segundo os dados fornecidos por Hebert Klein e Vidal Luna no livro *Escravidão no Brasil*, com a febre do ouro a demanda por mão de obra escrava cresceu consideravelmente: no “começo do século XVIII para os principais distritos de Minas Gerais, os africanos compuseram mais de 90% do total da população escrava”<sup>1</sup>.

Os centros mineradores em Minas Gerais redirecionaram o fluxo de escravos para esta região, a qual, por estar numa posição geograficamente desfavorecida para a recepção direta de cativos, dependia dos portos litorâneos para compor a mão de obra escrava para o trabalho nas minas. Portanto, o Rio de Janeiro tornou-se a principal porta de entrada para os africanos no Brasil. Segundo os autores, na metade do século XVIII o porto carioca recebeu 43% de africanos e no século seguinte mais de 50%.<sup>2</sup>

Logo, a participação do porto fluminense no comércio de africanos escravizados tornou-se expressiva em relação aos demais da costa brasileira a partir do século XVIII ao absorver a metade das importações de cativos provenientes da África.<sup>3</sup> Isso significa que das estimáveis 4.800.00 pessoas importadas forçadamente para o Brasil, mais de 2 milhões foram incorporadas por meio do mercado fluminense. Os dados apresentados são frutos de uma extensa pesquisa que resultou num banco de dados contendo informações sobre mais de 30.000 viagens de navios que atravessaram o atlântico com

---

<sup>1</sup> Francisco Vidal, and Herbert S. Klein. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (2010). p. 51.

<sup>2</sup> Ibid. p. 168.

<sup>3</sup>FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 65.



africanos escravizados para as Américas. As informações estão disponíveis no site *The Transatlantic Slave Trade Database: Voyages*, no qual tornou-se uma das mais importantes fontes sobre o comércio de almas.

A análise de documentos de viagens é um dos caminhos para quantificar o volume de desembarcados. Outros métodos foram utilizados por historiadores que buscaram aprofundar e preencher lacunas sobre a sociedade escravista brasileira. O livro *“Em costa negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”* produzido pelo historiador Manolo Florentino, é fruto de uma pesquisa sobre o tráfico atlântico, a qual resultou em sua tese de doutorado. O autor lança mão de uma extensa fonte documental: registros de viagens, inventários, testamentos entre outros, afim de elucidar novas interpretações sobre as atividades econômicas e sociais ligadas ao comércio transatlântico.

Não se sabe com precisão a quantidade de africanos desembarcados no Brasil, o que se tem são estimativas gerais e sólidas que fornecem caminhos para novas pesquisas e interpretações. Em seu livro, Florentino mostra que entre 1790 e 1830 cerca de 700 mil africanos chegaram no porto carioca, sendo que a maior parte ocorreu no século XIX.<sup>4</sup>

A historiadora Mary Karasch, produziu uma tese de doutorado que originou no livro *“A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850”*. Esta obra busca descortinar o cotidiano da população escrava urbana e rural, da chegada ao assentamento na cidade fluminense. Para estimar a quantidade de africanos importados, a autora se vale dos apontamentos dos viajantes, correspondências e estatísticas e conclui que aproximadamente 602.747 cativos desembarcaram no porto carioca entre 1800 e 1843.<sup>5</sup>

Seguindo na tentativa de elucidar os diferentes métodos aplicados para quantificar o número de desembarcado para as três primeiras décadas do século XIX, destaco a metodologia de Florentino, a qual recorreu “as flutuações do tráfico a partir das entradas de navios negreiros provenientes da África”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 43.

<sup>5</sup> Ibid. p. 43.

<sup>6</sup> Ibid. p. 43.

Essa análise permite comparar a evolução de entrada de navios a partir de 1790 até 1830, indicando um salto significativo de 1808 a 1809.<sup>7</sup>

É, portanto, expressivo o contingente de desembarcados no porto carioca. Além de abastecer o próprio mercado interno distribuía cativos para as regiões sul e sudeste do país. Essa atividade transformou a região do porto numa praça mercantil, na qual comercializava diferentes produtos e pessoas.

Em 1807, o príncipe regente de Portugal, Dom João, recebe um ultimato de Napoleão para bloquear os seus portos aos navios ingleses ou sofreria uma invasão. Sem ceder as investidas, as tropas napoleônicas avançaram em direção a Lisboa, fazendo com que os lusitanos recorressem a escolta britânica. No ano seguinte se refugiaram no território brasileiro junto com as 14.000 obras da Biblioteca Real, conferindo a cidade do Rio de Janeiro a posição central dentre as demais colônias do império. Segundo a professora Armelle Enders, estudiosos contemporâneos estimam-se que 15.000 refugiados desembarcaram no porto fluminense. Valendo-se, no entanto, dos estudos de Nireu Cavalcanti, ao relacionar a quantidade de indivíduos com a capacidade dos navios de guerra, conclui-se por improvável esse transporte, considerando a possibilidade mais razoável ser a de um pouco mais de quinhentos indivíduos trasladados.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup>Ibid. p. 65

<sup>8</sup>ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Gryphus Editora, 2015. p. 92.

Tabela 1: Estimativas do volume de escravos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro, 1790-1830

Ano	Número de Escravos	Ano	Número de Escravos
1790	5740	1811	22 520
1791	7478	1812	18 270
1792	8456	1813	17 280
1793	11 096	1814	15 300
1794	10 225	1815	13 330
1795	10 640	1816	18 140
1796	9876	1817	17 670
1797	9267	1818	24 500
1798	6780	1819	20 800
1799	8857	1820	21 140
1800	10 368	1821	20 630
1801	10 011	1822	23 280
1802	11 343	1823	19 640
1803	9722	1824	24 620
1804	9075	1825	26 240
1805	9921	1826	35 540
1806	7111	1827	28 350
1807	9689	1828	45 390
1808	9602	1829	47 280
1809	13 171	1830	30 920
1810	18 677		

Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 p 50.

Isto posto, a partir de 1790, como demonstra a tabela 1, a praça mercantil carioca passa a receber mais de 6 mil escravos anualmente, e no segundo decênio do XIX esse número ultrapassa casa dos 15 mil e chega a 24 mil em 1818<sup>9</sup>.

No começo do século XIX a Grã-Bretanha aboliu a importação de mão de obra escrava para o seu território, tal medida encorajou os ingleses a pressionar a corte portuguesa a tomar a mesma atitude, mas a princípio não obtiveram sucesso. Contudo, ao aceitar ajuda dos ingleses para se proteger das tropas napoleônicas, Portugal assume o papel de devedor e tornando os tratados e acordos irrecusáveis. Em 1810 é assinado o Tratado de Aliança e Amizade no qual dentre outros itens, Portugal fica restrito ao comércio de cativos apenas em suas possessões. Pode-se inferir que esse primeiro tratado é o começo do fim gradual do comércio de escravos deixando as elites escravocratas preocupadas, mas foi em 1815 durante o Congresso de Viena que ficou estabelecido o término do comércio ao norte do Equador, região onde retirava-se grande parte dos cativos. Em 1817 esse decreto foi reiterado através de uma nova Convenção, na qual ficou estabelecido a busca e apreensão de naus realizado apenas pela Inglaterra.

Traduzindo em números, em 1811 o porto absorvia cerca de 22 mil cativos o que demonstra um mercado aquecido e movimentado, mas com a pressão inglesa houve um decréscimo, alcançando em 1815 cerca de 13 mil escravos. Essa queda confirma, a princípio, as investidas bem sucedidas dos britânicos; digo a princípio porque nos anos seguintes até 1830, ano do fim legal do comércio, o número de escravos desembarcados volta a se recuperar, alcançando a casa dos 40 mil em 1828, como mostra tabela 1.

O êxodo da família real para a colônia portuguesa alterou a dinâmica social com assinatura da Carta Régia, na qual decretava a Abertura dos Portos as Nações Amigas da coroa. Na prática significava pôr fim ao monopólio dos produtos brasileiros e expandir o comércio para outras regiões. Em decorrência disso, atraiu investimento para o desenvolvimento urbano e a necessidade de mais mão de obra escrava. O crescente contingente de escravos no porto coincidiu com a vinda da família real e os desdobramentos ocasionados após esse traslado. A cidade tornou-se o maior centro

---

<sup>9</sup>FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 p 50.

urbano com mais de cem mil habitantes.<sup>10</sup> A colônia se transformou e despertou interesse nos estrangeiros de nacionalidades distintas, os imigrantes incrementaram a população branca e com ela “aumentou a demanda por escravos para construir casas, palácios e edifícios públicos, e para trabalhar como criados domésticos”<sup>11</sup>.

O mercado de escravos atendia a demanda dos proprietários rurais e urbanos, nos quais, em alguns casos, encomendavam uma quantidade de mão de obra com valores e taxações previamente estabelecidos, ou seja, antes mesmo de embarcar na costa africana parte dos escravos já tinham endereço certo em terras estrangeiras. Outro método de obtenção procedia através da compra direta nas casas comerciais na rua do Valongo, conhecido posteriormente como mercado do Valongo. As casas eram locais que abrigavam tanto as famílias dos negociantes quanto os escravos recém chegados, exercendo uma dupla função: armazém e moradia. “Enquanto a família do negociante de escravos morava nos andares superiores, o térreo do palácio abrigava os novos africanos”<sup>12</sup>.

Os interessados em adquirir e repor a sua escravaria recorriam também as casas de leilões, de comissão, lojas na rua Direita e, por vezes, obtinham-nos em transações particulares<sup>13</sup>. Aos olhos desses homens, os cativos eram objetos de valor social e econômico. Social por se tratar de um bem que conferia ao senhor uma distinção social, na qual o posicionava numa ordem simbolicamente privilegiada. E econômica, porque o proprietário extraia do trabalho compulsório o seu próprio sustento e de seus familiares bem como enriqueciam através da produção para o mercado. Logo, a realização da compra era submetida a procedimentos de análise da condição física, sinais de doença (infecção visível e manchas) ou qualquer aspecto que poderia comprometer o desempenho do escravo, convertendo o investimento em prejuízo.

Na tabela 1 podemos verificar as flutuações no número de cativos desembarcados no Rio de Janeiro, principalmente após 1808. Essa data além de marcar uma mudança na estrutura da sociedade colonial, inaugura o primeiro jornal impresso a

---

<sup>10</sup>KLEIN, Herbert. S. *A escravidão africana: América latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p 87.

<sup>11</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Companhia das Letras, 2000. p. 106.

<sup>12</sup> *Ibid.* p. 76.

<sup>13</sup> *Ibid.* p. 76.

circular pela cidade. O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* significou a difusão das informações e tornou-se mais um instrumento facilitador ao se inserir no mercado interno de comercialização de escravos. Neste momento as informações obtidas pelos viajantes e pela coroa eram publicadas diariamente no jornal, dentre elas notícias marítimas detalhando a entrada e saída de mercadorias, avisos, venda e compra de produtos e imóveis, venda e compra de escravos e alerta de fuga dos mesmos. Os anúncios de venda de escravos ampliaram o mercado interno ao permitir que os interessados soubessem mais detalhes sobre os infelizes, onde comprar e onde vendê-los.

O repasse de gente para o mercado era um dos destaques na última página do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, mulheres, homens, crianças, adultos e idosos preenchiam pelo menos duas laudas com as principais características com as quais atraíam os olhares daqueles senhores mais afoitos em ampliar a sua escravaria. Nos anos seguintes o jornal começou a receber um volume cada vez maior de oferta de cativos. Com crescente demanda outros jornais se inseriram no comércio de gentes. Para a presente pesquisa destaquei *O Volantim* e *Diário do Rio de Janeiro*, ambos dos anos 1820.

## **Capítulo 1: A estrutura demográfica do mercado interno e externo frente às pressões internacionais para o fim do comércio transatlântico, 1809-1820.**

Os temores do fim iminente do comércio internacional causaram incertezas sobre o futuro e, além disso, as ideias extraídas dos movimentos abolicionistas reiteraram a necessidade da elite senhorial em se articular para continuar movimentando o comércio transatlântico de africanos cativos. Esse clima de tensão chegava aos ouvidos dos escravizados, principalmente notícias sobre abolição em outros países como as colônias da Dinamarca em 1792, vigorando em 1803, e a Revolta Escrava no Haiti, iniciada em 1791. Neste sentido, fica evidente a apreensão dos pequenos e grandes proprietários em buscar alternativas para permanecerem ativos no mercado, sobretudo em reafirmar com a compra de novos escravos o seu *status quo*. Apesar desse clima de tensão se instaurar na sociedade escravista, é possível observar o aumento crescente de mão de obra escrava vinda da costa africana ao longo das primeiras décadas dos anos oitocentistas.

Os pontos de decréscimo são específicos e representaram a pressão anti-tráfico decorrentes dos tratados. As quedas acentuadas em 1810, 1815 e 1817 anunciaram o começo do dismantelamento da base econômica da sociedade colonial portuguesa. Além disso, o debate sobre o fim do tráfico repercutiu dentro da casa grande, os proprietários empenharam-se em criar mecanismos para restaurar o fluxo contínuo e crescente de circulação de escravos no mercado externo e interno. No entanto, era inevitável o aumento dos preços e, por consequência, a redução da participação de determinados grupos de senhores mais pobres na aquisição de novos cativos.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo . Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo. Online), v. 35, p. 15, 2016.

## 1.1 Análise do perfil geral do mercado interno de crioulos e africanos

Tabela 2: Volume de escravos anunciados nos jornais do Rio de Janeiro, 1809-1820

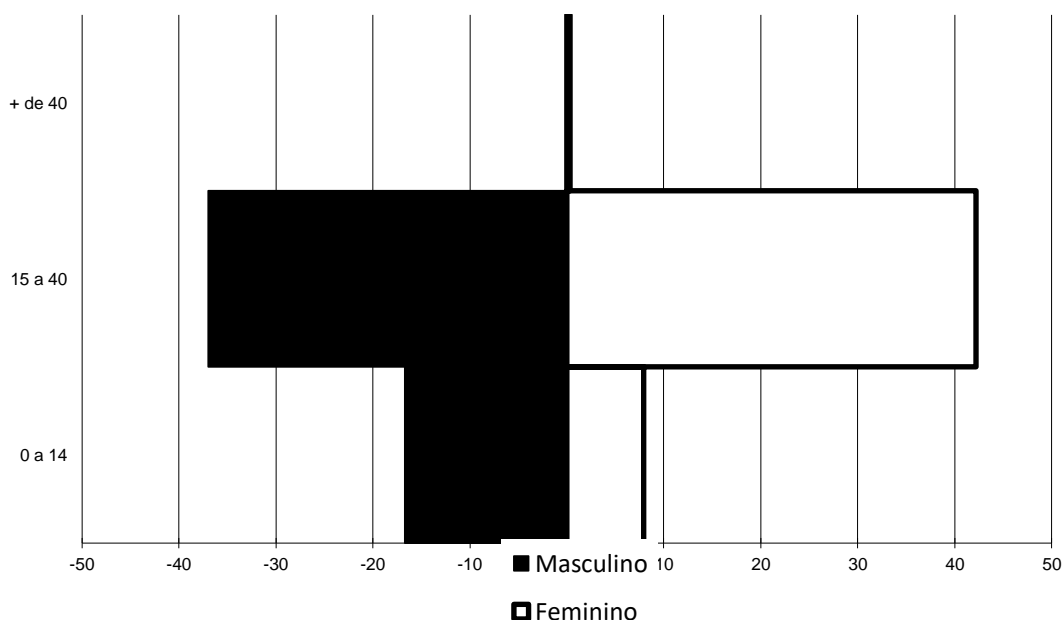
Ano	Número de Escravos Anunciados
1809	2
1810	5
1811	7
1812	1
1813	35
1814	33
1815	26
1816	38
1817	47
1818	77
1819	104
1820	215
1821	1050
1822	1740
Total	3393

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*



A tabela 2, acima, mostra que a frequência de anúncios de venda de escravos publicados era baixa até 1819. O gráfico 1, a seguir, demonstra um mercado interno predominantemente adulto, quase sem idosos e com participação minoritária de crianças. Os dados são bem distintos do perfil tradicionalmente hegemônico do mercado de africanos recém chegados, quase sem idosos e crianças, e com predomínio de homens entre os adultos na proporção de 2 por 1.

Gráfico 1: Estrutura sexo-etária do total de escravos anunciados para a venda, Rio de Janeiro, 1809-1820



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*

Possivelmente em resposta às Convenções de 1815 e 1817, mais de 40% de cativas adultas dividiram espaço no mercado interno com os homens, superando-os. Acrescente-se a esses números cerca de 8% de meninas de 0 a 14 anos e o dobro de meninos.

Se confrontarmos mais atentamente a estrutura do mercado interno com o mercado atlântico podemos constatar a discrepância no que tange a aquisição de homens e mulheres. Na década de 80 do século XX, a historiadora Katia Mattoso alertava para a quantidade de homens participantes no comércio em detrimento da inexpressividade de mulheres transportadas, dois para um.<sup>15</sup> Estudos mais recentes apontam para uma proporção ainda maior, por vezes de três homens para cada mulher embarcada.<sup>16</sup> A importância das mulheres para as comunidades africanas explica o protagonismo da África no comércio escravista, pois eram os vendedores africanos que retinham mulheres.

A retenção de mulheres no continente negro é estabelecida pelas chefaturas locais em virtude do seu potencial produtivo e reprodutivo, portanto, razão pela qual a perda excessiva de mulheres poderia afetar diretamente a organização social e econômica das comunidades. Em compensação, as mulheres adultas e crianças compunham o grosso das caravanas para a região do norte da África, e lá integravam os haréns, faziam trabalhos domésticos e agrícolas, logo, a permanência delas atendiam aos interesses dos locais.<sup>17</sup> Esse padrão sexual se articula igualmente com os interesses dos próprios traficantes, que requeriam mais homens em função do trabalho fundamentalmente agrícola na América.

O período estudado assistiu ao questionamento da permanência do comércio transatlântico de escravos para as Américas. Portanto, apesar de o tráfico estar a todo vapor, inevitavelmente instaura-se grande insegurança entre os senhores fluminenses sobre o futuro. A incerteza levou-os a articularem estratégias visando a manutenção da sociedade escravista e a ampliação da escravaria, tais medidas estão centradas na maior participação de mulheres e crianças. Muitos proprietários com pouco recurso acabaram por vender aos mais abastados mulheres adultas e infantes, e o fluxo desses indivíduos no mercado interno se acentuou cada vez mais com as pressões inglesas anti-tráfico. De acordo com o gráfico 1 a proporção de mais mulheres em relação aos homens traduz a retração do mercado masculino interno.

---

<sup>15</sup>MATTOSO, Katia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Ed brasiliense, 1988, p.50.

<sup>16</sup>VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo. Online), v. 35, p. 1, 2016.

<sup>17</sup>SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Nova Fronteira, 2014.

A lógica se configura na revenda de cativas e crianças, que são, respectivamente, desprovidas de força física, parte essencial para o trabalho mais pesado e, além disso, os infantes despendem um custo imediato e ressarcimento a longo prazo. De todo modo, segundo a ótica dos pequenos proprietários o mais sensato seria criar condições para permanecerem visíveis dentro do setor econômico vigente.

Logo, a revenda de almas abastece o mercado interno e com isso amplia a participação da elite senhorial ao comprar dos pequenos proprietários. A insegurança entre esses senhores em relação ao futuro ativa mecanismos estratégicos para reverter a tentativa de supressão do tráfico, de modo a reduzir o vínculo de dependência com o mercado internacional no fornecimento de mão de obra. A lógica se orienta na retroalimentação, ou seja, na reprodução interna de homens e mulheres sem se submeter a política externa, e assim, alargar a escravidão até o seu esgotamento.

O fim do comércio transatlântico aconteceria, mais cedo ou mais tarde, mas não significa a ascensão de uma sociedade ausente do sistema econômico escravista. Isto para os senhores fluminense era impraticável. As estratégias articuladas seguiam a um objetivo comum: manter o modelo de sociedade tal como era.

A compra de mulheres entre 15 a 25, anos, portanto, no período fértil, enseja, a princípio, duas vantagens: o trabalho imediato ao serem incorporadas na produção, seja doméstica ou nas *plantations*, e a segunda, a meu ver a mais importante, é a reprodução natural, na qual alcançaria maiores índices de produção a longo prazo. No que tange às crianças, a compra visa o potencial produtivo a médio e longo prazo.

Nas descrições dos anúncios os dados possibilitam costurar a história de milhares de homens e mulheres reduzidos a condição de escravizados, podemos imaginar um cotidiano de múltiplas faces, das quais emergem aspectos da vida dos africanos e crioulos.

*Vende-se huma preta de Nação Cassange, de 16 a 17 annos de idade, muito sadia, e sem vicio algum por ter sido criada de portas a dentro, pejada pela segunda vez, de oito mezes e pouco mais ou menos, tendo tido da primeira optimo leite, e em muita abundancia: sabe lavar, engomar lizo, e cozinhar sofrivelmente. Tãobem se vende hum preto de Nação Angola, de idade 25 annos, pouco mais, ou menos, sem moléstia conhecida, nem tendo mostrado manha, ou vicio durante o espaço de nove annos que seu*

*Senhor o possui: acha-se em hum serviço, no qual pode continuar, ganhando quinze patacas por mez, e sustento. Estes dous escravos vendem-se por precisar seu Senhor diminuir o numero dos que tem. A pessoa a quem convenha, procure na rua da Princeza n°5, junto ao Campo.*

(*Diário do Rio de Janeiro*, 1822, ed. 120009)

A referida preta, proveniente da África Central tem em comum com o seu companheiro de cativeiro a destituição da liberdade convertida numa propriedade móvel, na qual quem compra imputa sobre o seu corpo o trabalho forçado e o controle da mobilidade física. Ainda jovem, foi brutalmente dessocializada do seio familiar e inserida no mundo do trabalho compulsório, a maternidade chegou cedo, por duas vezes sentiu dentro de si a formação de duas vidas, que seguiriam o seu status. A ruptura com o primogênito acontecera na espera do segundo, com 8 meses de gestação ganharia um novo senhor, executaria as mesmas tarefas e entre lavar e cozinhar o peso da barriga acompanhara até o seu desfecho. Não se sabe se a segunda vida conheceu o universo escravista, também não se sabe se o primeiro filho vingou.

A incerteza se espalha pelas milhares de vidas em cativeiro. Os relatos são incompletos e imprecisos, mas nos deixam pistas que ajudam a tecer o perfil de homens e mulheres objetificados ao longo dos mais de trezentos anos de escravidão no Brasil. O tal preto de nação angolana segue os mesmos passos, atribui a ele as mais diversificadas qualificações para atrair compradores. Ambos sofreram dupla ruptura, sem o vínculo familiar, construíram novos laços, formaram redes de sociabilidade e vislumbraram a liberdade. Nove anos com o mesmo senhor, nove anos de construção de elos afetivos que proporcionariam uma vida menos difícil no cativeiro.

O sistema escravista viabilizava a constante ruptura e reconstrução de novos laços em virtude da compra e venda sistemática de cativos nas transações públicas e privadas. Desta forma, é a partir da venda e compra contínua que o mercado de escravos se alimenta, seja ele interno ou externo. A retroalimentação reitera a permanência da mão de obra escrava como força motriz para o funcionamento da sociedade, e para a elite senhorial pôr termo a esse sistema significa extinguir o capital proveniente do trabalho compulsório.

As ruas cariocas, sobretudo Lavradio, Direita, Misericórdia e Ouvidor, tornaram-se as principais artérias de fluxo de cativos vindo das transações intercontinentais e interprovinciais; logo, eram vias de grande circulação de proprietários desejosos de comprar e vender os infelizes, negociantes de olho na variação dos preços e taxações visando maior rentabilidade e compradores interessados em alargar a escravaria. Os braços das ruas serviam de referência para localizar o ponto de venda dos cativos.

Ao lado direito indo para a rua do Lavradios, ou seja, diante do arco da Carioca, dois escravos permaneciam sob a custódia do Escrivão da Chancellaria, não se sabe se o mesmo era o dono ou intermediário da transação. Ambos os cativos são provenientes de Angola e ainda juvenil, na faixa etária entre 15 e 20, desembarcaram no porto carioca. Dela, grávida, sabe-se apenas as suas habilidades domésticas, tarefas destinadas especialmente às mulheres: ensaboar, servir uma mesa, serviços de cozinha e varrer.

As ocupações especificadas atraem compradores em potencial; no entanto, carregar um bebê no ventre tolhe a sua permanência na atual propriedade; mesmo sem demais informações, arrisco afirmar que o seu preço despenca em relação ao do seu companheiro. Sabemos que a formação do preço está vinculada ao sexo, idade e qualificação. De acordo com os dados levantados pela historiadora Katia Mattoso, geralmente os homens atingem uma média de 150 000 a 200 000 réis, enquanto as mulheres permanecem na faixa de 100 000 reis com pouca oscilação para mais.<sup>18</sup> Outras cifras são analisadas por Florentino, no qual destaca a flutuação dos preços de mulheres e homens, crioulos e africanos para os anos de 1790 a 1830 no meio rural do Rio de Janeiro. Novamente os dados apontam para um investimento maior no sexo masculino em comparação com o sexo feminino, independente da naturalidade<sup>19</sup> Resumindo, apesar da ausência do preço no anúncio, deduzo que é imputado à cativa um valor numericamente inferior ao sexo oposto, não importa os atributos, estando grávida acredito que o barateamento é inegável.

---

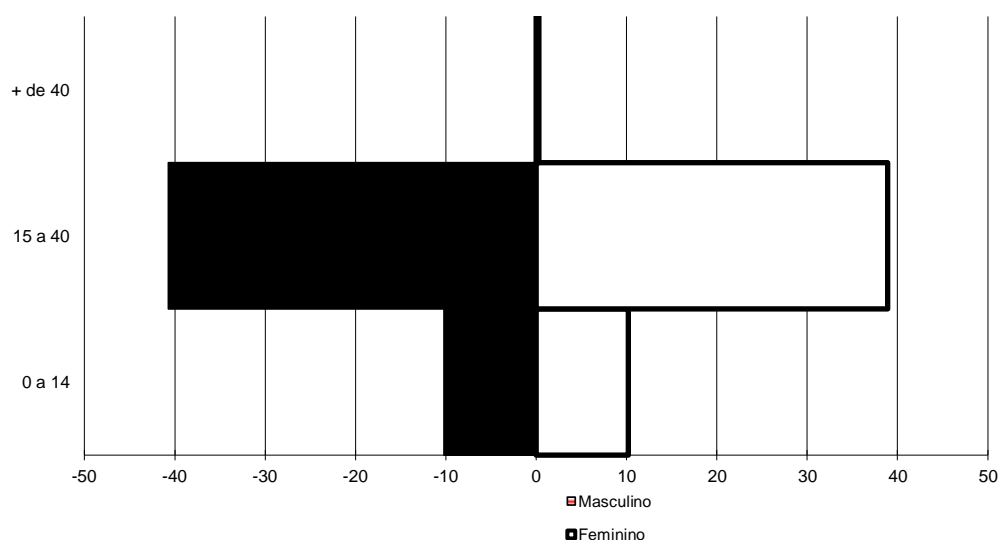
<sup>18</sup> MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed brasiliense, 1988, p. 85.

<sup>19</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 p. 232.

## 1.2: Perfil sexo etário do mercado interno de crioulos

Sempre ressaltando que nossos dados se referem sobretudo aos anos 1820-1822, o gráfico 1.2 mostra a estrutura sexo-etária dos escravos nascidos no Brasil no mercado interno. Nele se observa a quase irrelevância da compras e vendas dos crioulos idosos, 20% de participação das crianças (equilibradas sexualmente) e quase 80% de participação de cativos adultos, também equilibrados sexualmente.

Gráfico 1.2: Estrutura sexo-etária do total de escravos crioulos anunciados para a venda, Rio de Janeiro, 1809-1820



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*

*“Quem quizer comprar hum Moleque, por nome Estevão, que sabe cozinhar, e he crioulo, e esperto; falle na rua da Quitanda em n. 43, onde achará as mais informações”*

O termo crioulo designa a aqueles nascidos no território colonial português e, no caso do Brasil, ganha um sentido específico entre os demais grupos de escravizados. A comunidade de cativos não é um bloco homogêneo que compartilha das mesmas experiências. Apesar de estarem interligados igualmente pela condição de escravos, existem diferenças étnicas, linguísticas, religiosa e de origem, o que representam formas distintas de organização e de percepção do outro. O historiador João José Reis, analisa em seu livro *Rebelião Escrava no Brasil*, os bastidores da Revolta dos Malês (1835) na Bahia e destaca a atuação dos escravizados no conflito. A trajetória de vida diferenciada dos crioulos explica a ausência de participação nas revoltas escravas baianas anteriores a 1835.<sup>20</sup>

Um ou outro se juntaram aos africanos muçulmanos, mas a inexpressividade demonstra a diferença política, na qual advém da posição ocupada na sociedade escravista. O autor sugere que os crioulos e mulatos “ se sentissem mais ameaçados pela possibilidade de uma ainda desconhecida dominação africana do que pelo já familiar governo dos senhores brancos”<sup>21</sup>. Tal sentimento são revelados pela quantidade de rebeliões ocorridas no Brasil e em outros lugares como o Caribe, nos quais tiveram a participação massiva de africanos.

Crioulos e africanos mantinham relação em geral diferenciadas com senhores e brancos. Os primeiros, e mais ainda os mestiços, experimentavam com maior frequência a face paternalista da escravidão, ao mesmo tempo que conheciam melhor os opressores e, portanto, sabiam explorar mais habilmente suas fraquezas no cotidiano.<sup>22</sup>

Mais adiante, o autor esclarece o sentido de paternalismo mais como uma estratégia de controle excluindo quaisquer harmoniosidade que esta palavra pode significar.

---

<sup>20</sup> REIS, Joao Jose. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 321.

<sup>21</sup> *Ibdi*. P. 321.

<sup>22</sup> REIS, Joao Jose. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Schwarcz. 1989, p. 45.

Como vimos, os nascidos no Brasil são assimilados à cultura e costume dos brancos, criados muitas vezes na família do senhor, estabelecem uma relação supostamente confiável, na qual presumia estar numa condição superior comparado aos demais. A língua era um dos principais fatores que estreitava o vínculo entre os brancos e os crioulos; desde da tenra idade aprendiam a língua do senhor e se integravam socialmente ao cotidiano da casa grande. Não raro, dessa relação nasciam filhos e filhas dos senhores com suas escravas e, frequentemente eram batizadas. Nas cartas de alforria os sentimentos mais afetivos eram direcionados, sobretudo, aos nascidos no Brasil.<sup>23</sup> Em virtude disso, os crioulos são objetos de contradição no universo escravista, ao mesmo tempo em que gozam de algumas prerrogativas ao serem considerados mais responsáveis, estão sujeitas as duras represálias, sem chance de perdão.<sup>24</sup> Contudo, as contradições não anulam, de forma alguma, o caráter perverso e violento da instituição; pelo contrário, demonstra formas de organização distintas, menos ou mais combativas, de acordo com os caminhos pelos quais os sujeitos foram submetidos ao sistema.

Formados no interior da sociedade brasileira, os crioulos eram automaticamente inseridos na convivência senhorial; por conseguinte, podiam receber tratamento diferenciado daqueles que atravessaram o atlântico. O mercado de escravizados era composto a partir da relação tecida entre senhores e cativos, ou seja, era muito provável que africanos escravizados fossem mais comercializados do que os nacionais. Isso quando estes não representavam ameaça a integridade física dos senhores ou praticavam a desobediência. A ordem e obediência eram fundamentais para o funcionamento de uma sociedade escravista; aqueles que atentavam contra esses princípios sofriam um dos piores castigos -- eram vendidos para fora da terra. Isso significa que o novo dono deveria leva-lo para outra região, outra cidade, um lugar afastado, no qual inviabilizasse possível retorno e a vingança contra o seu antigo senhor. Essa prerrogativa era muito comum, não raro encontrar observações que reforçassem o desejo dos proprietários, das quais destaco: “vende para fora da terra”, “comprar para fora da terra”, “fora da cidade”, “fora do país”. O objetivo é o mesmo, ser ver livre do infeliz.

---

<sup>23</sup> REIS, JOAO JOSE. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 321.

<sup>24</sup> MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed brasiliense, 1988, p.106.



*Quem quiser hum mulato Alfaiate, que terá 18 a 20 annos, procure Custodio José Ferreira Guimarães, na rua nova de S. Bento hindo para Prainha nº 22. O vendedor preferirá comprador para fora desta Corte.*

*(Gazeta do Rio de Janeiro, 1818. Ed 00048)*

O desejo indica uma sensação de insegurança e medo, sobretudo em relação aos crioulos. Por conhecer o costume, a cultura e o hábito dos senhores revelam uma ameaça constante incitada pela ruptura dos laços familiares e de amizades estabelecidos na casa-grande e senzala. Os laços construídos desde o nascimento formam um sujeito mais assimilado, que num momento de instabilidade o senhor hesitaria em vendê-lo quando se tem um africano disponível.

No que se refere ao mercado de crioulos, a participação de homens e mulheres é equilibrada; predominam os escravos do sexo masculino, mas a diferença é mínima: 2%. Esse ínfimo contraste se deve talvez ao papel desempenhado pelas mulheres nas funções domésticas (além da produção agrícola, é claro). Entre engomar e lavar, elas cuidavam dos filhos dos senhores, alimentavam, vestiam, limpavam a casa, faziam todo o serviço, transitavam entre a cozinha e o campo. Nos primeiros anos de vida, aprendiam um ofício, as meninas de pouca idade iniciavam na costura e nos serviços gerais, aos poucos iam se aperfeiçoando e ganhando uma ocupação específica. A partir dos 15 anos acumulavam pelo menos três tarefas. Descritas como rapariga, moça, pouca idade e moleca, os seus nomes, geralmente, eram ocultados.

A supressão do nome demonstra a irrelevância da individualidade do sujeito e reforça a reificação. Atribuído ao caráter mercadológico da instituição escravista, o indivíduo é reconhecido como objeto passivo de compra e venda. Uma vez estabelecido o seu preço, ele é comercializado como qualquer outro produto. Entretanto, o que o difere das demais mercadorias é a execução de tarefas.<sup>25</sup> Neste caso, o cativo é um humano diferente, inferior e isto o classifica nem como humano e nem como objeto e sim como uma propriedade viva. O processo de desumanização que legitimou a escravidão nas Américas procurou destituir do sujeito todas as características que se

---

<sup>25</sup> COSTA E SILVA, Alberto. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 2011, p. 86.

assemelham aos dos brancos. Obviamente, foi uma tentativa frustrada, por uma simples razão: não são gados e nem bois para serem domesticados.

Existe uma extensa bibliografia que discute as revoltas, resistências, estratégias, alianças, recriação de novos laços familiares e negociações, das quais relatam como homens e mulheres faziam para minimizar as condições de vida na casa-grande e nas *plantations*.

*Quem quiser comprar huma cabra parida há quatro dias com duas crias, e bom leite; dirija-se a rua nova de S. Bento, junto ao arco n.7 em hum Armazem.*

(*Diário do Rio de Janeiro*, 1821, ed 1000014)

No trecho acima, a princípio não se sabe exatamente se o anunciante se refere a uma pessoa ou um animal, justamente pela insignificância do nome ou qualquer outra informação que remeta as características atribuídas, exclusivamente, a um ser humano.

A ambiguidade dos termos “cabra” e “cria” e ausências de demais informações, se explica pelo nosso olhar contemporâneo, no qual designamos essas palavras para animais e seus filhotes. Para interpretar tais termos, recorri, novamente, aos estudos da Karasch, que explica que “a maioria das fontes usava “cabra” para os de raça mista de ambos os sexos...” No contexto do uso oficial, “cabra parece ter definido os escravos brasileiros menos considerados da cidade, os de ancestralidade e mistura racial indeterminada”<sup>26</sup>. Além da palavra “cabra”, o termo bode também era utilizado para “escravos de ancestralidade negra e mulata...”<sup>27</sup>. Na dúvida, considere o termo para referir-se a uma pessoa, e neste caso uma mulher pelo uso da palavra cabra empregada no feminino.

Aos homens escravizados cabiam os serviços mais diversos de acordo com a idade. Ainda juvenil, os moleques de 9 a 15 anos exerciam pelo menos duas funções, dentre elas pajem, sapateiro, alfaiate e cozinheiro. Acima dos 15 anos, poderiam tornar-se oficiais de sapateiro e ferreiro. Era imprescindível descrever as mais variadas funções

---

<sup>26</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000, p.39.

<sup>27</sup> Ibid. p. 39.

com o intuito de atrair compradores. Do mesmo modo, a venda motivada pelo descontentamento também era informada seguindo a mesma lógica anterior. As fugas, bebedeiras e desobediência eram advertidas no ato da compra, a omissão desses detalhes poderia trazer consequências para o antigo dono.

No geral, a principal preocupação do senhor era o retorno do cativo a suas terras em busca de vingança, por isso os detalhes são claramente registrados. Obviamente, a necessidade da venda imediata poderia suprimir ou incluir qualificações não condizentes com as características e desempenho do escravo.

Os registros mais comuns e de interesse prático para o comprador estão relacionados aos aspectos voltados para execução do trabalho; torna-se redundante enfatizar o vínculo das características do escravo com as tarefas desempenhadas. Digo redundante porque o objetivo final da compra e venda são as vantagens oferecidas pelo cativo sob a posse do proprietário. Este se desfaz do escravo por várias razões, dentre elas o descontentamento diante das tarefas realizadas, por não ter condições para mantê-lo e/ou representar ameaça aos seus familiares. Quem compra quer repor e ampliar a escravaria, ou seja, a necessidade de maximização da renda e a redução do ônus.

A fim de compreender o sistema mercadológico escravista recorri aos estudos de vários autores para traduzir os vocabulários da época. Para esclarecer os termos ambíguos e os que já caíram em desuso, me apoiei no dicionário do padre Raphael Bluteau, importante lexicógrafo da língua portuguesa do século XVIII e o dicionário Aurélio.

Feita as devidas apresentações, vamos às palavras em questão. Para interpretar a expressão “moleque” e seus derivados recorri ao Dicionário de Bluteau. Segundo o dicionário da época, o termo “moleque” refere-se a “pequeno escravo negro”.<sup>28</sup> Não é surpresa encontrar o seu uso recorrente nos anúncios para designar escravos de qualquer idade; a partir do seu radical a palavra se contrai ou expande de acordo com a idade do indivíduo. Explicarei mais adiante.

Com o pós-abolição a palavra ganhou um novo significado, mas permanece com sentido depreciativo, talvez como herança da escravidão. Ao consultar o dicionário atual, Aurélio, podemos encontrar várias definições, as quais, em sua maioria,

---

<sup>28</sup> <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/moleque> , acessado em 31/10/2017

expressam dúvida sobre a índole de uma pessoa e ofensa ao seu caráter. Destaco todas descritas no dicionário: “rapaz negro, pretinho”, “pessoa de maus sentimentos, sem seriedade”, “canalha, vigário”, “rapaz jovem (qualquer)”, “filho”, “rapaz de rua (marginal, ladrão), criança abandonada”, “canalha, velhaco”, “chistoso, trocista”.<sup>29</sup>

Raras vezes o seu uso corresponde ao significado original. Se aprofundarmos a pesquisa, encontraremos no dicionário etimológico a expressão “mu’ leke” grifado no quimbunbo, que remete a “filho pequeno”. Sabemos então que o termo designa a indivíduos com a idade infanto-juvenil e de origem africana. Termos como “rapaz”, “moça”, rapariga”, “cria”, “moleca” e seus derivados substituem a idade numérica de cativo de ambos os sexos. A fim de mapear o perfil dos escravizados postos à venda, procurei traduzir para linguagem numéricas e assim identificar a idade aproximada dos infelizes. Isto posto, a produção científica de vários estudiosos, a qual tem como prerrogativa o cruzamento de registros e fontes, sugere caminhos hipotéticos para desvelar as perguntas impostas à presente problemática. Há uma exaustiva e necessária produção acadêmica sobre a história da escravidão no Brasil; optei por alguns autores dos quais são constantemente citados nesta pesquisa.

No livro *Ser escravo no Brasil*, Mattoso apresenta a pirâmide etária construída a partir de dados documentais e adverte: “a pirâmide de idade deve ser manipulada cautelosamente, pois reina de fato a maior confusão no espírito de todos os interessados na época da escravidão”<sup>30</sup>. Ou seja, o manuseio indiscriminado sem cuidado metodológico pode induzir o pesquisador a conferir veracidade a um documento impreciso. Mattoso explica a frequência nos registros de termos variados acerca da idade do cativo e, em virtude disso, a faixa etária é hipotética. “Por várias vezes demos com a designação “adolescente” (molecão) com o dado numérico de 9 ou 10 anos, e a de “menino” (moleque) acompanhado do esclarecimento: 18 ou até mesmo 20 anos”<sup>31</sup>.

Outras pesquisas mostram uma pequena oscilação nos números. Florentino nos fornece dados não distantes daqueles apresentados por Mattoso. No artigo *O tráfico de crianças africanas para o Brasil, 1810-1885*, produzido em conjunto com o historiador Carlos Valencia-Vila, revisita o processo de recaptura do escravizado Domingos Congo

---

<sup>29</sup> Ver <https://dicionariodoaurelio.com/moleque>, acessado em 31/10/2017

<sup>30</sup> MATTOSO, Katia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed brasiliense, 1988, p.86

<sup>31</sup> *Ibid.* p. 86.

expedida pelo seu proprietário Pedro Antonio, o qual “ oferecia como opção a sua alforria em troca de "três ou cinco moleques" <sup>32</sup>. Os autores traduziram o termo “moleques” para crianças com menos de 12 anos de idade, visto que o termo é de origem africana, precisamente do quimbundo e significa garoto ou filho pequeno. Contudo a migração da palavra para o português ampliou o significado e foi introduzida no sistema classificatório para identificar a idade da criança. A palavra no plural “moleques” não tem definição do sexo. <sup>33</sup>

Por fim, Karasch explica que a palavra moleque poderia se referir a meninos e homens negros entre idade de 6 a 13 anos, como também o uso da palavra para adultos carregava um significado pejorativo. <sup>34</sup>

Diante dos diferentes empregos para a palavra moleque, optei pela leitura da pirâmide de idade a partir de Katia Mattoso. <sup>35</sup>

- Criança bem nova (molequinho, molequinha): de 0 a 7 anos
- Meninos (moleque, moleca): de 8 a 14 anos
- Adolescente (molecão, molecona): de 15 a 18 anos
- Adultos (negro, negra): de 19 a 35 anos
- Velhos (velho, velha) : de mais de 35 anos

Acrescento nas pirâmides a categoria “cria”, termo que aparece recorrentemente nos anúncios para indicar que a escrava a ser vendida estava acompanhada de uma criança de meses ou de primeiros anos. Na linguagem do tráfico é comum o uso de termos animalescos ou depreciativos para se referir a escravizados, neste caso os bebês e as crianças menores de 5 anos são declaradas como “crias de peito” e “crias de pé” respectivamente<sup>36</sup>. O sexo não é mencionado.

---

<sup>32</sup> VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo. Online), v. 35, p. 7, 2016.

<sup>33</sup> Ibid. p.7.

<sup>34</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000, p.37.

<sup>35</sup> MATTOSO, Katia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Ed brasiliense, 1988, p.86

<sup>36</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000, p.68

As crianças crioulas que sobreviviam aos primeiros anos de vida eram iniciadas ao mundo do trabalho menos extenuante, adquiriam habilidades que mais adiante tornariam profissões. De aprendiz a oficial, desempenhavam múltiplas funções. Serviam as suas costas para assento das crianças brancas, para estas não passava de uma brincadeira, no entanto mostrava-lhes quem estava subordinado a quem. Sem conhecer a liberdade teciam os laços familiares a partir do nascimento e a rede de sociabilidade se costurava nos primeiros dias de vida, geralmente os pais nomeavam entre os seus o padrinho e a madrinha da criança. Se tivesse a sorte de permanecer com o mesmo senhor, possivelmente teria um tio, tia, irmãos e avós. A solidão passava ao largo. Em propriedade mais distante da área urbana, não raro 90% da escravaria possuía parentes.<sup>37</sup> Obviamente, essa configuração não se aplicava aos africanos vindo do Atlântico, lá deixavam suas famílias e amigos e carregavam consigo o peso e a dor da escravidão. Conforme mencionado, essa diferença criava uma hierarquia entre os escravizados, contudo, ambos – crioulos e africanos- sentiam igualmente a mesma miséria.<sup>38</sup>

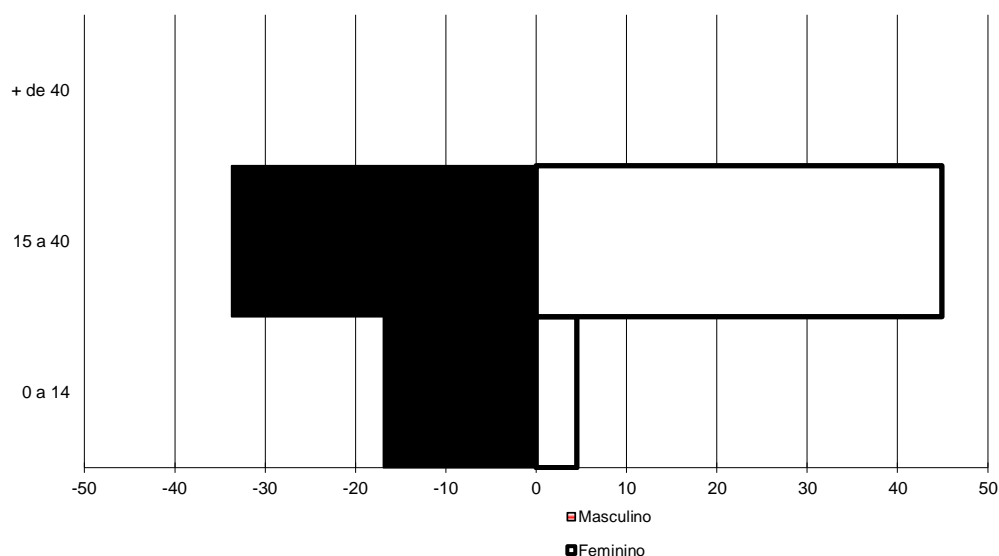
---

<sup>37</sup> DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto. 2008, p. 181.

<sup>38</sup> Idem, p. 188.

### 1.3: Perfil sexo etário do mercado interno de africanos

Gráfico 1.3: Estrutura sexo-etária do total de escravos africanos anunciados para a venda, Rio de Janeiro, 1809-1820



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*

O gráfico 1.3 nos mostra o perfil sexo-etário do mercado interno de africanos. Vemos aí a inexistência de africanos idosos, o predomínio de adultos e, dentre eles, de mulheres, e uns 20% de crianças, sobretudo de meninas.

*Quem quiser comprar hum escravo por nome Paulo, nação Mina, de idade de 17 a 18 annos, bom cozinheiro excepto maçãs, que faz hum almoço de todas as qualidades, põe bem huma meza, refina assucar, e faz todo o mais serviço de huma caza, vá a rua Detraz da Lapa do Desterro, lado direito n° 14*

(*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1818, Edição 00077)

Por escravo entende-se aquele que “...é propriedade do amo. É objeto de compra e venda. Mas, sendo mercadoria, gado de duas pernas, também o reconhecem como ser

humano, e disto deriva o seu valor: o de executar tarefas que só podem ser feitas por uma mulher ou por um homem”<sup>39</sup> .

O significado do ser escravo - igualmente as imagens distorcidas e fantasmagóricas - em razão do desconhecimento, legitimaram os longos séculos de escravidão nas Américas.

Os europeus do seiscentos tinham os africanos por fisicamente disformes e culturalmente bárbaros, porque obedeciam a costumes diferentes dos que consideravam normais e certos; e por incapazes, individual e coletivamente, de dominar suas paixões e de se governarem pela boa razão; e por idolatras e renitentes em suas superstições, porque não se rendiam á evidência da verdade do cristianismo [...] e por sacrificadores de seres humanos e, muitos deles, antropófagos.<sup>40</sup>

Com base no trecho acima, fica evidente a construção de uma memória obtusa sobre o outro, inserindo-o num cenário difuso e mergulhado de preconceitos que estão aquém da realidade. Não obstante, se olharmos com a lente da época, a descrição feita dos africanos era totalmente plausível ao pensamento europeu e, portanto, atendia aos seus interesses econômicos em extrair o quanto pudessem da força física do africano.

As guerras entre grupos distintos no interior da África produziram cativos para abastecer o mercado internacional nas Américas. Os indivíduos vencidos eram destituídos de liberdade e levados para longe da sua comunidade e, posteriormente, direcionados ao local de embarque. O processo de desterritorialização dificultava a possibilidade de fuga ou tentativa de resgate pelos familiares: quanto mais longe, menos chances de retorno, mais distante de suas raízes, costume e cultura. Rompe, fisicamente, com os laços familiares e todo vínculo com a sua origem, tornando-o um estrangeiro. Ser estrangeiro é condição essencial para submeter um indivíduo a

---

<sup>39</sup> COSTA E SILVA, Aberto. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro, 2011, p. 86.

<sup>40</sup> Ibid. p. 858.



escravidão, ver no outro a diferença e não a semelhança cria-se uma relação de indiferença, no qual inviabiliza qualquer tipo de interação emocional e identitária.

Ao chegar no local de embarque todos os cativos eram estrangeiros entre si e entre os traficantes, o porto configurava-se num cenário de dialetos e etnias pois mesmo pertencendo ao mesmo tronco linguístico, banto, é sabido que na África a composição étnica da população varia devido as múltiplas comunidades dentro de um mesmo território e, geralmente, não se relacionavam.

Em virtude disso, os traficantes tinham dificuldade em identificar a origem precisa de determinado cativo, uma vez que, não era identificado o local de captura, portanto apenas o porto de embarque era registrado nos documentos. As informações sobre a procedência dizem respeito a macro região onde o indivíduo foi retirado.

Airão de 19 anos, que se encontra na prisão do calabouço é descrito como Cabinda; no entanto, ele pode ser um Libolo ou um Benguela. De todo modo, ele pertence a área correspondente ao Centro oeste africano. Neste sentido, os africanos escravizados que compõem o mercado interno são oriundos das diversas comunidades étnicas que constituem as macros regiões do centro oeste e leste africano. A dificuldade em precisar a origem não compromete a análise sobre a estrutura do mercado interno, como já foi dito.

A instabilidade sobre o destino do tráfico internacional rearticulou o mercado interno com a gradual supressão de africanos traficados pela acentuada aquisição de crioulos e ladinos. Leia-se ladinos os africanos aculturados, ou seja, inserido há muitos anos nos costumes da colônia, falante da língua local. Já o boçal é o recém chegado, ainda não assimilado.

Estrategicamente, os proprietários selecionavam quais dos seus escravos seriam vendidos imediatamente. Se compararmos o gráfico 1.2 com o gráfico 1.3, é notória a participação massiva dos africanos, sobretudo ladinos. A quantidade de boçais é insignificante, cerca de 1,6% do total trabalhado nesta pesquisa. Trata-se, pois, de revenda.

Dentre os ladinos, destaco a participação das mulheres, cerca de 45% são revendidas em contraste com 34% de homens, ambos em idade produtiva e reprodutiva. Apesar de serem ladinas, falam o português e se comportam como assimiladas,

ainda assim não comungavam dos mesmos costumes dos seus senhores e não despertavam confiança e fidelidade.

Se contrastarmos o gráfico 1.2 com o gráfico 1.3 é possível identificar a diferença quantitativa na venda de mulheres ladinas e crioulas. Estas correspondem a 39% enquanto aquelas chegam a casa dos 45%.

As etapas pelas quais os africanos foram submetidos até chegarem a condição de escravo explicam a escolha dos senhores. O processo de desumanização se inicia com a captura violenta no interior do continente, a angústia e o medo os acompanham até o local de embarque, o desespero da travessia a um destino desconhecido e a humilhação ao serem expostos nus nas ruas da cidade. Esses fatores são barreiras que inviabilizavam uma relação mais estreita com o seu senhor, de modo a “aceitar” a subserviência.

Ao contrário, os tornaram resistentes a escravidão, criando estratégias para subverter a ordem, seja “ser preso por se embriagar e querer fazer desordem” ou “por não querer servir a sua senhora”. É comum nos anúncios relatos de fuga e de mal comportamento; neste caso o senhor exige que o cativo seja vendido “para fora da terra”, possivelmente por temer a própria vida. No caso dos crioulos, eles nasceram na condição de escravos sem passar pelas etapas de violência física e psicológica específicas da captura. Além de aprender a língua do senhor, eram instruídos desde cedo a obedecerem e a prestar fidelidade, portanto, mais afeitos ao seu dono em comparação aos demais.

*Vende-se hum preto de nação, de idade de 24 a 25 annos, para fora da terra, official completo de Capateiro, e de Barbeiro, sem vício, só o de beber: na rua da Quitanda n°75 lado direito*

*(Gazeta do Rio de Janeiro, 1818 Edição 00104)*

Considerando as informações descritas é possível traçar o perfil do escravo posto a venda. Com poucos detalhes, as conclusões são hipóteses baseadas nos trabalhos produzidos sobre o período. Dito isso, o termo “nação” é atribuído a cativos cuja a proveniência africana é desconhecida; no entanto, a expressão acrescida após o nome ou

a cor refere-se à origem africana sem a localidade exata<sup>41</sup>. Pelo grau de especialização em duas profissões, provavelmente as adquiriram do outro lado do atlântico.

Os escravos urbanos tem mais possibilidade em exercer várias ocupações e se aperfeiçoar numa delas de acordo com a necessidade do mercado e a benevolência do senhor<sup>42</sup>. Os cativos são fontes de renda fundamental para movimentar a economia do mercado - ao circularem pela cidade vendendo produtos conseguem retirar da quantia final uma parte para si e outra para o senhor. Obviamente, os valores não são equivalentes; nessa divisão o cativo fica com uma porção inferior. Esse tipo de serviço, no qual o cativo vende o produto e destina parte do lucro para o senhor, é exercido pelo “escravo ao ganho”. De todo modo, essa pequena parcela ajuda a vislumbrar um futuro em liberdade via pecúlio, e para o senhor é mais um meio de expandir a sua riqueza.

Para ser um oficial, o preto de nação aperfeiçoou as suas habilidades como sapateiro até alcançar o mais alto grau da profissão. Profissionalizar o cativo é de interesse do proprietário, o lucro com o trabalho advém das várias funções distintas entre si. O que indica anos de labuta no território brasileiro, ou seja, desembarcou aqui ainda jovem, trabalhou, se especializou e aos 25 anos era um oficial em duas profissões. Parece ser um cativo munido de atributos importantes para o setor econômico. Contudo, algo na relação desandou e ao advertir a “venda para fora da terra “ indica o temor em cruzá-lo pelas cidades fluminense.

*Quem quizer comprar hum casal de escravos ladinos de todo o serviço, elle natural da Costa de Africa, e ella crioula; procure a Urbano Antonio Ragel na casa n° 4 da rua Direita á esquerda” (Gazeta do Rio de Janeiro, 1812 ed 0010).*

Aqui a naturalidade é evidente, são dois ladinos falantes da língua local e dispõem de várias habilidades que os tornam atrativos para o mercado, por serem facilmente empregados em quaisquer funções. Ambos, provavelmente, são naturais da costa africana. O termo crioulo acompanhado de ladino, sugere que a escrava nasceu em algum território da colônia portuguesa na África e foi exportada para o Brasil e aqui passou pelo processo de aculturação. O escravo, ao partilhar de uma relação afetiva com outro, configurando por vezes uma relação matrimonial, dificulta a venda separada.

---

<sup>41</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000, p.42.

<sup>42</sup> MATTOSO, Katia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Ed brasiliense, 1988, p.141.

Ao se desfazer de um, o proprietário automaticamente procura se desfazer do outro; isto ocorre como uma medida preventiva para evitar desordem por aquele que não foi vendido com o seu cônjuge ou filho.

*“Quem quiser comprar huma preta Mina, boa lavadeira, engomadeira, e sofrível cosinheira com huma filha nascida de 20 dias ; vá a Mata –Cavallos, nº 13” (Gazeta do Rio de Janeiro, 1812, ed 0005)*

Neste caso, o da referida preta proveniente da África ocidental, não se sabe exatamente qual região, mas o termo mina indica que ela é, provavelmente da África Ocidental e quem sabe muçulmana. A palavra assume muitos significados e usos diferentes; segundo Karasch, “um dos usos seguia o velho costume português de chamar todos que vinham da África Ocidental ou da costa da Guiné de mina, mas os portugueses também empregavam o termo num sentido mais restrito, para escravos exportados da Costa da Mina”. Após a revolta dos malês, a palavra “mina” ganha um significado adicional: “o de orgulhoso, e corajosos muçulmanos de língua árabe que eram escravos alfabetizados, inteligentes, capacitados e cheios de energia”<sup>43</sup>.

Os primeiros passos em direção ao fim oficial do comércio internacional foram assinalados pelos tratados de 1810, 1815 e 1817, os quais exerceram pressão exaustiva sobre o comércio, que posteriormente se tornaria infame. Obviamente, tais pressões são reflexos da relutância da coroa portuguesa por presumir que, ao atender as investidas externas, comprometeria a prosperidade econômica advinda do tráfico de almas. A questão da moralidade passava ao largo quando o assunto era a redução de um indivíduo a condição de escravo, mercadoria móvel. Os esforços eram destinados a ampliar o mercado de infelizes e não a concessão da liberdade.

Em síntese, as investidas dos ingleses opõem-se aos interesses da coroa, e neste caso a angústia paira sobre a impossibilidade de recompor regularmente a população escrava por meio do comércio transatlântico.<sup>44</sup>

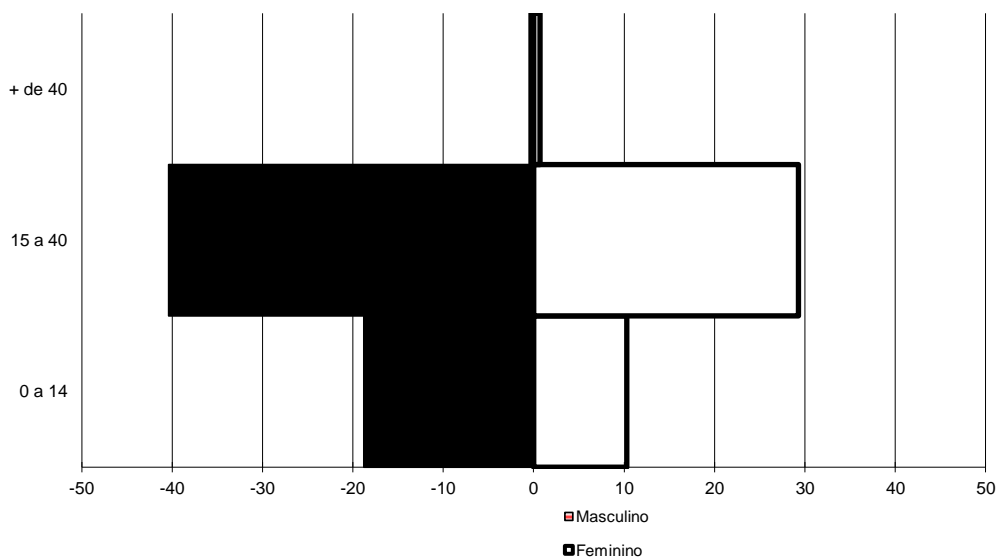
---

<sup>43</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000, p. 63-64.

<sup>44</sup>BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Gra-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de... Expressão e Cultura, 1976, p.24.

## CAPÍTULO 2: O processo de independência e o comércio internacional de africanos escravizados, 1821-1822.

Gráfico 2: Estrutura sexo-etária do total de escravos africanos e crioulos anunciados para a venda, Rio de Janeiro, 1821-1822



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*

No início dos anos vinte do século XIX estreitam-se os meios para manter a escravidão ativa, posto que o processo de independência do Brasil toma fôlego e, concomitantemente, conflita os anseios britânicos sobre a vigência do comércio transatlântico. O regresso de Dom João a Lisboa, deixando ao seu primogênito, Dom Pedro, a responsabilidade de liderar e articular o crescente movimento pela

independência – então visto como um fato irrevogável<sup>45</sup> - transcorreria com ou sem o aval do príncipe regente. Os diversos acontecimentos posteriores ao dia do “Fico”<sup>46</sup> direcionaram a ruptura total da colônia com a coroa portuguesa, que culminaram na proclamação da independência às margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822.

A perda da colônia restringiu o comércio de escravos realizado por Portugal, uma vez que, desde 1761, não se praticava a escravidão no território reinol. As bases do comércio se corroíam, transportar africanos tornou-se uma prática mal vista. Os acordos ocorridos durante as décadas de 1810 e 1820 (até 1822) foram firmados entre Portugal e Grã Bretanha; isso quer dizer que ao se separar de Portugal, o Brasil se ausentaria de quaisquer responsabilidades decorrentes dos acordos estabelecidos entre portugueses e ingleses.

Neste sentido, não haveria nenhuma objeção em continuar a todo vapor com o comércio de gente. Deduzo que, nesse momento, os próprios proprietários brasileiros, que outrora apresentavam-se apreensivos, passaram a considerar a independência um caminho para permanecerem atuante no comércio. Entretanto, a plena independência só poderia ser de fato efetivada através do seu reconhecimento pelos ingleses. E, conforme foi sublinhado aqui, desde o começo do século os britânicos dedicaram-se a dar cabo do comércio transatlântico nos tratados de 1810, 1815 e 1817. O Brasil não estaria livre da pressão inglesa. Por se tratar de uma atividade essencial para a economia doméstica e agroexportadora, é claro que, seguindo os passos de Portugal, o Brasil seria intransigente contra a investida internacional.

O reconhecimento internacional do Brasil como um território independente estava condicionado a abolição definitiva do comércio transatlântico. O historiador Leslie Bethell detalha em seu livro *A abolição do comércio brasileiro de escravos* todos os momentos pelos quais a ex colônia transcorreu até ter a sua independência legitimada.

---

<sup>45</sup>BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Gra-Bretanha, o Brasil e a questão de tráfico de*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, 50.

<sup>46</sup>Em 9 de janeiro de 1822, o príncipe regente Dom Pedro, recebeu uma carta da coroa exigindo o seu retorno a Portugal, ao recusar, Dom Pedro anuncia: “ *Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Diga ao povo que fico*”. Esse acontecimento ficou conhecido como o Dia do Fico.

A Grã Bretanha não estava preparada para reconhecer um estado “distinto de todos os outros na vasta extensão do Novo Mundo pela a sua adesão solitária ao comércio de escravos”<sup>47</sup>

Dom Pedro enfrentava um dos piores dilemas do seu reinado, a necessitar de reconhecer a independência e abolir o comércio de escravos. Diante de tanta pressão e sem possibilidade de negociação, em 23 de novembro de 1826 é assinado o tratado que impediria o Brasil de continuar com o traslado de africanos escravizados.

No ano seguinte, o documento foi ratificado. O Brasil teria três anos, a contar a partir do dia 13 de março de 1827, para retirar os navios do litoral africano. Em 13 de março de 1830, tráfego com africanos escravizados dentro dos navios para o Brasil, tornou-se uma prática ilegal. O tráfico de escravos continuou em menor escala, cessando definitivamente em 1850.

Manolo Florentino, em seu artigo *O tráfico de crianças africanas para o Brasil: 1810-1850*, analisa a aquisição de crianças durante os anos anterior e posterior a independência até o fim do comércio ilegal. Destaco, especialmente, os dois últimos anos que antecedem a independência, nos quais cerca de 12% dos infantes foram incorporados nos grandes plantéis, cifra duas vezes maior do que 1815-1817.<sup>48</sup> Novamente, podemos identificar a estratégia dos senhores em expandir o número de crianças em suas terras.

O gráfico 2 apresenta dados gerais da idade e sexo dos escravizados em 1821 e 1822; o percentual de infantes aumentou, principalmente de meninas em comparação com o gráfico 1, que corresponde ao período de 1808-1820, onde cerca de 8% de meninas foram ofertadas nos jornais. Agora, em 1821-22, a quantidade de crianças de ambos o sexo é quatro vezes maior do que nos anos anteriores. Semelhante conclusão coaduna com as análises desenvolvidas por Florentino, no qual destaca o interesse dos fazendeiros brasileiros por infantes traduzido no crescente aumento por essa mão de obra ao longo da primeira metade do século XIX.

---

<sup>47</sup> BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão de tráfico de. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 55.

<sup>48</sup> VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. História (São Paulo. Online), v. 35, p. 1-20, 2016.

De acordo com tabela 1, nos três últimos anos do comércio legal a demanda por mão de obra cativa acelerou consideravelmente, mais de 45 mil africanos desembarcaram no porto carioca em apenas um ano. Essa cifra é a maior em relação as últimas quatro décadas, o que demonstra o desespero dos senhores em garantir mão de obra necessária para renovar o contingente de escravos. A estratégia foi adotada na segunda década do século XIX, quando os pequenos proprietários diante do fim iminente do fluxo externo vendiam a sua escravaria feminina e de infantes para as grandes unidades produtoras. O incremento de cativas no interior dos maiores plantéis alimentaria a reprodução natural de modo a diminuir a dependência em relação ao tráfico externo para ampliar e repor. Enquanto a elite senhorial vislumbrava a possibilidade de expandir as *plantations*, incorporando mulheres e crianças, os pequenos fazendeiros “impossibilitados com os altos preços de recorrer em massa ao mercado, [...] viram a sua escravaria envelhecer”<sup>49</sup>

## **2.1: Das crioulas adultas aos infantes**

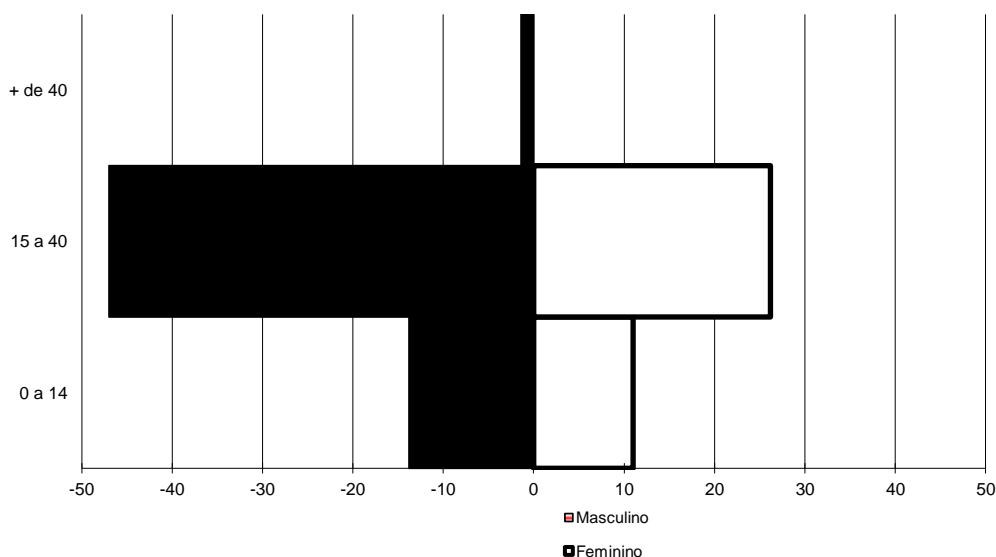
Em conformidade com os dados obtidos através dos anúncios nos anos de 1808-1820, as mulheres africanas tiveram participação expressiva no mercado interno; ladinas ou boçais, foram elas absorvidas pelos grandes senhores. No gráfico 2.1 em comparação com o gráfico 2.2 podemos observar que mais de 32% de cativas africanas em idade sexualmente férteis se agregaram ao mercado, em detrimento dos 26% das crioulas da mesma faixa etária.

---

<sup>49</sup> VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo. Online), v. 35, p.17, 2016.



Gráfico 2.1: Estrutura sexo-etária do total de escravos crioulos anunciados para a venda, Rio de Janeiro, 1821-1822



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*

A pressão internacional pelo fim do comércio de gente resultou na compra desenfreada por mão de obra escrava, com o aumento de desembarcados e a crescente circulação de infelizes no mercado interno. No início da década de vinte o comércio internacional se mantém na casa dos 20 mil e ganha folego ao se aproximar do seu fim legal, ultrapassando a cifra de 40 mil recém chegados<sup>50</sup>. Em consequência, reduz a participação de mulheres crioulas e aumenta o número de cativos nacionais do sexo masculino. Traduzindo em números, nos anos de pressão acirrada contra o comércio transatlântico, cerca de 39% das cativas nacionais foram anunciadas no mercado interno e na virada para década de vinte, precisamente entre 1821 e 22, esse número reduziu para 26%. Apesar do diminuto espaço de tempo, é possível verificar uma queda de cativos do sexo feminino e um aumento acentuado de homens. Comparando novamente com gráfico 1.2, a taxa de masculinidade aumentou 7% nos 2 anos antes da

<sup>50</sup> Ver tabela 1

independência, contrariando os 40% da década anterior.

Os dados indicam como o mercado interno se refaz de acordo com o fluxo externo e em consonância com as articulações dos pequenos e grandes proprietários para manter o trabalho forçado. O mercado de infantes continua a todo vapor, obvio que numa escala inferior aos dos adultos, mas é possível notar o interesse dos senhores na aquisição de crianças. Houve um aumento de 4% de meninos em relação ao período de retração do tráfico e de meninas 1%. A lógica se repete. A elite senhorial aposta nos infantes para prolongar o sistema escravista.

O processo de independência instaura a insegurança pelo desconhecido, não se sabe como funcionará a sociedade colonial ao deixar de ser um apêndice da coroa portuguesa. O receio dos senhores torna-se um alívio para os escravizados. A liberdade não está em jogo, mas a possibilidade dela poderia ter aquecido as revoltas e conflitos vistos nos anos posteriores.

*Quem quiser comprar hum ama de leite da primeira barriga, muito rapariga, vende-se com a mesma cria que he mulato muito claro, de idade de hum mez, sem manha alguma, e igualmente hum rapaz bolieiro, e hábil para todo o serviço de caza, e também hum moleque de menor idade, procure na rua do Piolho a caza nº 100 que ahi achará com quem tratar as referidas compras*

(Diário do Rio de Janeiro, 1821, ed. 1000004)

Após o levantamento dos dados, pude verificar que em todos os anúncios analisados de venda de cativas que tem filhos eram realizados em conjunto; entretanto algumas pesquisas relatam a venda separada. No artigo *Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX*, a especialista em História da fotografia Sandra Koutsoukos, analisa a história das amas de leite por meio de imagens, as quais exprimem a complexidade do assunto e o parecer dos médicos da época sobre amamentação. Neste sentido, o artigo desvela o universo dessas cativas que alimentam os filhos das senhoras e, recorrentemente, em detrimento dos seus. Contudo, quando se trata da escravidão, há diversas nuances que impedem de afirmar categoricamente o posicionamento do senhor e do cativo na sociedade. Sabemos das brechas existentes, das negociações, das estratégias e articulações em prol de melhores condições.

A autora relata em seu texto a separação entre mães e filhos:

As tristes histórias de separação das amas negras escravas e seus filhos naturais narravam casos de crianças vendidas em separado da mãe, daquelas que ficavam na casa dos senhores, enquanto a mãe era vendida ou alugada (nesses casos, eram criadas pelas demais escravas da casa); das que eram mandadas para casas de amas (geralmente mulheres livres pobres, brancas ou negras)<sup>51</sup>

Neste trabalho optei por analisar a venda conjunta sem ignorar outras possibilidades. Uma criança de meses e pouca idade depende da mãe para os cuidados iniciais, precisa se alimentar, desenvolver a locomoção, aprender a falar e a praticar determinadas atividades. Quando ocorre a ruptura, essa responsabilidade fica a cargo do senhor que despenderá de alguém para substituir a genitora; isso gera perda de produção e conseqüentemente baixa a lucratividade. Além desses encargos, a ruptura de um laço sanguíneo pode motivar revoltas e vinganças. Vale lembrar que a maioria das cativas anunciadas se ocupava dos afazeres domésticos, ou seja, transitavam pelos corredores da casa-grande, preparavam as refeições e encarregavam-se de cuidar das enfermidades dos seus senhores. Essas funções conferiam a escrava uma relação de confiança e lealdade, as quais, uma vez estremecida, a sua presença representaria um risco a vida dos seus donos. Sabendo disso, os senhores talvez procurassem se desfazer das grávidas ou recém paridas mencionando o seu estado nos anúncios; isso porque, dependendo da condição da cativa, poderia ser um atrativo para o mercado e a venda aconteceria de imediato.

Nesta época era comum a compra ou aluguel das amas de leite. Segundo Gilberto Freyre “De Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito de saloias ou escravas”; mais adiante o autor esclarece que a “impossibilidade física das mães de atenderem a esse primeiro dever de maternidade...casavam todas antes do tempo...casadas, sucediam-se nelas os

---

<sup>51</sup> KOUTSOUKOS, Sandra S. M. *'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, p. 307, 2009.

partos, um filho atrás do outro”<sup>52</sup>. Não somente confiavam-lhes a amamentação, mas também todos os cuidados iniciais até a vida adulta.

Em alguns casos, os pais rejeitavam os filhos e os deixavam aos cuidados das escravas no campo, visitando-os regulamente e após dois anos eram inseridas na rotina familiar.<sup>53</sup>

O historiador Luiz Felipe Alencastro escreveu um pequeno texto extraído da observação de uma imagem de duas pessoas posicionadas afetivamente, excerto que se transformou no epílogo do livro *História da vida privada 2: império: a corte e modernidade nacional*. A fotografia foi tirada em 1860 e mostra um menino branco em pé ancorado sob os braços de uma mulher negra -- sua mucama -- sentada, estática com o olhar fixo para a lente da câmera, usando um vestido longo e vultoso. A brilhante análise do autor sobre a foto expressa o vínculo afetivo entre essas duas pessoas e conclui:

O mistério dessa foto feita há 130 anos chega até nós. A imagem de uma união paradoxal, mas admitida. Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. Na violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho de seu senhor. Quase todo o Brasil cabe nessa foto.<sup>54</sup>

*No caminho do Catete casa nº 140, há para vender huma preta crioula, de idade 22 a 23 annos, parida de 8 dias, porem sem filho, que sabe lavar bem, engoma lizo, coser, cozinhar e sem vicio algum*

(*Diário do Rio de Janeiro*, 1822, edição 120004)

---

<sup>52</sup> FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed: São Paulo: 2006, p.443.

<sup>53</sup> KOUTSOUKOS, Sandra S. M. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 321, 2009.

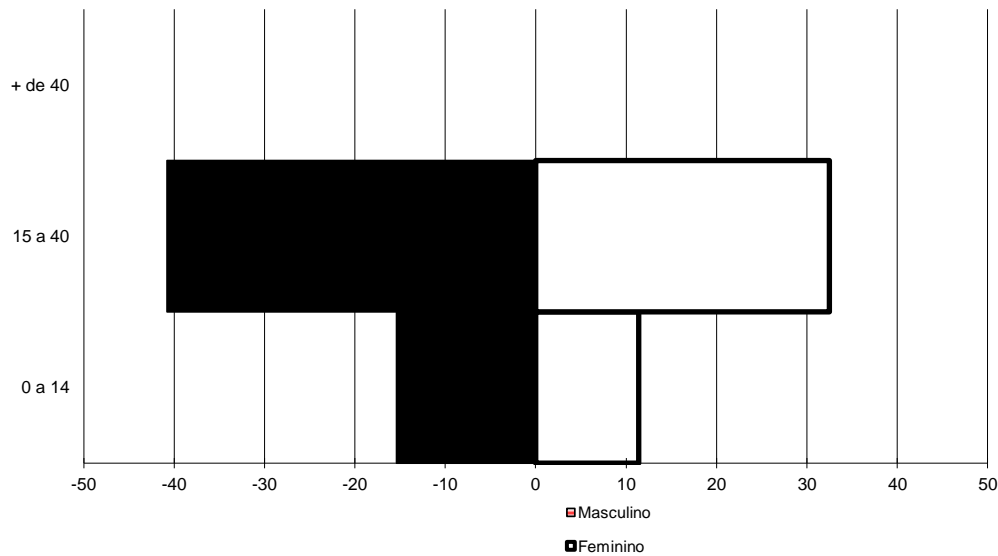
<sup>54</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada 2: império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Schwarcz, 1997, p. 439-40.

Alguns médicos higienistas aconselhavam as mulheres a contratar cativas de “primeira barriga”; apesar da inexperiência no trato com o bebê, elas possuíam o leite mais puro e saudável.<sup>55</sup> As cativas que não se enquadravam nessas características também tinham qualificações pelo fato de estarem grávidas ou recém paridas; era comum especificar quantos dias se passaram após o parto e se estavam com o filho ou não. Parida há 8 dias, a cativa de 23 anos realizava diferentes funções domésticas, dentre elas, lavar, cozinhar e engomar. Tais ocupações associadas a idade, sugere uma mulher forte no auge da jovialidade, ou seja, apta para qualquer trabalho. Dispõe de valor social e econômico. Contudo, a gravidez lhe trouxe um novo senhor. A venda pós parto indica que o leite era novo, logo, mais saudável. O paradeiro da criança não é revelado, mas era comum que fossem abandonadas nas rodas dos asilos ou tiveram a morte prematura. A irrelevância de mais dados não compromete a venda, uma vez que a principal informação foi mencionada.

---

<sup>55</sup> KOUTSOUKOS, Sandra S. M. . *'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, p. 306, 2009.

Gráfico 2.2: Estrutura sexo-etária do total de escravos africanos anunciados para a venda, Rio de Janeiro, 1821-1822



Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro, O Volantim e Diário do Rio de Janeiro*

## 2.2: As estratégias dos escravizados

*Quem quizer comprar hum preto de Nação Mina, official de Canteiro, de idade de 28 a 30 annos, sem vicio, porem seu Senhor vende-o para fora, por cauza de o Senhor ser também preto e da mesma Nação, e por isso trata o Senhor de pouco, e dis que quer servir a Senhor Branco, quem o quiser comprar dirija-se a rua do Cano nas lojas do sobrado da Ordem terceira de S. Francisco de Paula n° 140, caza de molhado que lá lhe dirá com quem hade hir tratar*

(*Diário do Rio de Janeiro*, 1822 ed. 100012)

No universo da escravidão existem contradições das quais são imprescindíveis se desconectar das questões morais do tempo presente para se aprofundar e

compreender as suas ambiguidades. A relação senhor e escravo se constitui com base na coerção psicológica e na violência física legitimada pela dessemelhança, a qual ensejou os mais variados argumentos, sejam eles religiosos, econômicos e civilizatórios. A empreitada da elite senhorial em explorar os corpos humanos por longos séculos se limitava até certo ponto pela vontade do escravizado. Ou seja, apesar do reconhecimento da escravidão como instituição legal e, portanto, concedida ao senhor total autoridade calcado pelas leis opressivas, na prática, a execução esbarrava na reação do escravo.

A desobediência persuadia o senhor a atender as exigências do cativo, fossem elas relacionadas ao trabalho ou à mudança de proprietário. Alguns escravizados se negavam a executar determinadas tarefas e por isso eram vendidos pelas mais distintas razões; dentre elas destaco algumas justificativas: por “não quer servir a dita casa”, por “não querer sujeitar-se aos serviços particulares”, por “ não querer a dar jornal”; outros estão descontentes com tratamento do senhor, são vendidos ”por que quer outro senhor” por “não querer mais servir a sua senhora, “foge constantemente”, “trata mal a sua senhora”, e por fim, “ vende-se por ser atrevida”.

Se recusar a trabalhar ou fugir constantemente não significava conquistar a alforria, mas sim melhorar as condições de vida. Nem todos os senhores de escravos eram iguais, alguns poderiam proporcionar um ambiente de trabalho menos laborioso, também conceder benefícios, e principalmente, um tratamento menos violento. Segundo o relato de Richard Ligon, um grande proprietário de plantação de açúcar em Barbados no século XVII,

os negros de Barbados não só persuadiram os colonos a melhorar sua alimentação, mas se queixaram tanto de uma redução de mulheres que seus proprietários sentiram-se obrigados a comprar mais, sendo fêmeas cobiçadas distribuídas pelos próprios escravos de acordo com a suas próprias hierarquias sociais<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285.

A indisciplina tal como vimos era característica sobretudo dos africanos escravizados, em virtude do processo de desterritorialização que foi canalizado nos enfrentamentos contra os senhores. Estes, por sua vez, desconheciam a procedência exata dos cativos bem como o cotidiano em África, sobretudo a relação com suas comunidades. Por outro lado, os meios de comunicação da época, principalmente os relatos, reportavam as rebeliões organizadas pelos africanos de várias etnias até chegar aos ouvidos da ala senhorial. Essas questões eram fundamentais para causar desconforto e medo em permanecer com um cativo que representava ameaça; logo, as reivindicações muitas vezes atendidas.

Outro paradoxo espinhoso no universo escravista é aquisição de cativos pelos próprios escravizados. Os milhares de africanos que desembarcaram forçadamente nas américas vieram de comunidades distintas, com organização social e econômica própria, o modo de vida peculiar de acordo com a trajetória familiar, modelo de linhagem específica, geralmente matrilinear, diferente dos povos europeus. Dentro dessas diferenças se inseria a escravidão como parte do cotidiano, a função dos escravizados era diversificada, poderiam trabalhar nas atividades domésticas, vigiar os harems, compor o exército, serem guardas, artesãos, jardineiros, entre outros.

No livro *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*, o historiador John Thornton contrapõe outro importante estudioso sobre escravidão, Paul Lovejoy, no que concerne os impactos nas sociedades africanas a partir da inserção dos europeus no comércio de gentes. Neste sentido, Thornton explica que

A escravidão era difundida na África atlântica porque os escravos eram a única forma de propriedade privada que produzia rendimentos reconhecida nas leis africanas. Em contraste, nos sistemas legais europeus a terra era a principal forma de propriedade privada lucrativa, e a escravidão ocupava uma posição relativamente inferior. De fato, a posse da terra era em geral uma pré-condição na Europa para a utilização produtiva de escravos, ao menos na agricultura (...) foi a ausência de propriedade privada de terras- ou



para ser mais preciso, foi a propriedade corporativa da terra- que levou a escravidão a ser tão difundida na sociedade africana.<sup>57</sup>

Existia uma hierarquia ocupacional entre os próprios cativos, ou seja, as funções variavam de acordo com o objetivo do comprador. Se tivesse sido adquirido por um mercador poderia findar a vida como agente comercial de confiança. Agora, se remetido à aldeia, o destino seria explorar a terra, remar barcos e feitorar escravos. Alguns poderiam enriquecer ocupando altos cargos do Estado e, com o rendimento, comprar seus próprios cativos.<sup>58</sup> Portanto, com a escravidão difundida e incorporada no cotidiano das comunidades africanas como um sistema servil milenar, é evidente que os milhares de escravizados importado se nutriam desse costume. Não raro encontrarmos relatos sobre aquisição de cativos pelos próprios cativos, cito o caso do escravo de ganho, Henrique, proprietário de um cortiço na rua Lavradio dono de uma escrava.<sup>59</sup>

*Joaquim José de Freitas Lima, rua da Ajuda nº154 tem para vender hum escravo Nação Callabar, de 15 a 16 anos; que sabe bem cozinhar e fazer outro qualquer serviço, que se lhe se oferecer de huma caza, muito sadio e hábil; o dito escravo se acha no Callabouço por se embriagar, e querer fazer desordens; quem o pretender comprar dirija-se a velho para tratar o ajuste com o dito dono, com a condição de ser para fora da terra.*

(*Diário do Rio de Janeiro*, ed. 0800007, 1821)

As condições para se manter vivo de corpo e alma no cativo requerem habilidades extra ocupacionais, exercer múltiplas funções não atenua a exploração. Lavar, passar, servir a mesa, cozinhar, capinar, são obrigações do cativo interligadas com a obediência. O descompasso gera um escravo dispensável. O controle e a dominação absoluta é a premissa para manter-se a harmonia na casa grande; obviamente

---

<sup>57</sup> THORNTON, John K. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlantico, 1400-1680*. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 125.

<sup>58</sup> COSTA E SILVA, Aberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, 2011 p. 97

<sup>59</sup> Alzate, Adriana (Org.) ; FLORENTINO, Manolo. (Org.) ; Valencia, Carlos (Org.) . *Imperios ibéricos em comarcas americanas: estudios regionales de historia colonial brasileira y neogranadina*. 1. ed. Bogota: Editorial Universidad Del Rosário, 2008. v. 1. p. 94.

que essa condição é utópica. Em qualquer sociedade que se tente instalar um sistema rígido de controle social haverá a desordem seja individual ou coletiva.

São recorrentes os relatos de escravos a embriagar-se para confraternizar e aliviar as mazelas do cativo; de acordo com o registro acima, percebe-se que esse cativo desde cedo se insubordina contra o seu senhor; mesmo não sendo um ato desferido diretamente, ainda assim a atitude de beber, provavelmente, repetidas vezes, compromete as suas obrigações, tornando-se um ato de rebeldia. Geralmente, casos como esse e fugas reiterativas levam o senhor a dispensas a permanência em sua propriedade, confinando-os ao Calabouço. Lá, os cativos que cometiam pequenos delitos ficam temporariamente até serem vendidos ou devolvidos aos seus donos.<sup>60</sup>

Além de encarcerar os prisioneiros em condições insalubres, foi a partir de 1829 que a prisão ampliou os serviços, passou a ser um local de açoitamento, uma vez que foi extinto tal prática em público. Os castigos em público objetivavam uma correção coletiva indireta, ou seja, era uma forma de torturar psicologicamente outros cativos para não seguir o mesmo comportamento do infeliz açoitado. Segundo Karasch, na década de vinte de 1820 era estipulado um valor para determinada quantidade de chibatadas, a cada 100 o senhor pagava o preço de 160 réis.<sup>61</sup> Não se sabe quantas foram desferidas ao dito cativo encontrado na prisão do Calabouço por embriaguez e desordem, mas pela observação explicitada na exigência que seja vendido para fora da cidade fluminense, possivelmente o senhor desembolsou mais de 160 réis.

O sistema escravista, além de produzir cativos em larga escala, evidenciou as transformações e adaptações do ser humano numa situação adversa; é certo que essas milhares de pessoas submetidas forçadamente buscaram subverter a ordem, criando dispositivos para tornar a caminhada menos árdua não somente para si mas também para os seus. A dicotomia presente na relação senhor/escravo não foi necessariamente solidificada a ponto de inexistir uma flexibilidade. Ou seja, entre as extremidades existem um vão de incertezas e possibilidades. As informações registradas nos anúncios de venda permitem identificar e talvez particularizar as histórias traçadas por homens e

---

<sup>60</sup> KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000, p.179.

<sup>61</sup> Idem, p.181.

mulheres na casa grande e senzala, sejam narrativas pretenciosas em descortinar a intimidade dos cativos frente a violência e/ou revelar as limitações dos senhores.

## Considerações finais

O presente trabalho buscou direcionar a análise sob o viés da dinâmica interna da sociedade escravista no momento em que o tráfico era questionado e insistentemente debatido; a partir disso, verificou-se as articulações entre pequenos e grandes proprietários para manter o sistema ativo até o seu esgotamento. Não é uma narrativa unilateral centrada apenas nos interesses dos senhores; tencionei pontuar a participação e perspectivas dos escravizados. Sendo protagonistas dessa história indigesta, são notórias as estratégias articuladas diante do período de instabilidade, que pôs em risco o trato de gente vindo do atlântico. Para além dessa particularidade, a resistência e a negociação sempre estiveram presentes na vida do homem; no entanto, a crueldade do sistema escravista mostra a força e também a capacidade de milhares de homens e mulheres em improvisar estratégias de sobrevivência para minimizar a dor da violência física, simbólica e psicológica durante os mais de três séculos de escravidão no Brasil.

As histórias desses personagens foram, por muitos anos, relegada a historiografia clássica, na qual privilegiava a expansão do capitalismo europeu com ênfase na economia política<sup>62</sup>. Maria Helena Machado, sublinha a “necessidade de rever o papel histórico desempenhado pelos escravos, como poderosos agentes no processo de formação da sociedade brasileira”<sup>63</sup>. Já no final do século XX e início dos anos seguintes, a produção historiográfica empenhou-se em reposicionar o papel substancial do escravizado no processo histórico, não mais como coadjuvante.

Neste sentido, ao analisar os anúncios de venda de cativos traduzidos em banco de dados busquei traçar o perfil do mercado de escravos numa conjuntura de instabilidade do comércio externo. A conversão dos dados em gráficos ampliou o campo de possibilidade de análises, das quais o caminho percorrido poderia trazer à luz novos relatos ou diferentes interpretações. Segui o percurso dos senhores em resposta aos tratados de 1810, 1815 e 1817 e, em contrapartida, busquei elucidar alguns aspectos do cotidiano dos escravizados e as mais diferentes estratégias articuladas. Pude observar

---

<sup>62</sup> MACHADO, Maria Helena. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão", in: *Revista Brasileira de História*, v. 8, # 16, mar.-ago.1988, pp. 143.

<sup>63</sup> *Ibid.*p.144.

os mais variados mecanismos desses agentes históricos em atingir o objetivo final. Por um lado, vimos a ala senhorial desesperada e a procura de alternativas para manter-se atuante no trato de gente. O ponto central era comercializar mulheres e crianças.

Estas, são compradas pelos grandes proprietários para alargar o contingente de escravos em especial por meio da reprodução natural.

Na contramão, os escravizados direcionaram forças para romper com privação da liberdade ou reduzir os danos causados por ela. O empenho voltava-se na insubordinação no trabalho, de ameaça à vida dos senhores e a desordem coletiva. As mais variadas desobediências foram analisadas neste trabalho, com a proposta era trazer esses agentes para ponto igualmente central em relação aos demais sujeitos.

O exame da fonte permitiu desenhar um perfil sexo etário do mercado interno contrapondo aos padrões internacionais. Ou seja, o contraste oscila de acordo com a demanda externa configurada a partir dos interesses mediados pelas organizações políticas, neste caso, me refiro a Grã-Bretanha. A pressão inglesa e as convenções assinadas ao longo da primeira metade do século XIX, imputaram sobre os proprietários de escravos a necessidade de realocar a escravaria sem perder o *status quo*. Esta reorganização transpareceu nos mais variados anúncios trabalhados aqui; além de descortinar o universo dos senhores e as inquietações pertinentes ao fim comércio transatlântico, evidenciou as brechas existentes na instituição.

A disponibilidade das fontes online publicadas pela Biblioteca Nacional tornou-se um manancial de possibilidade para estudar a história da escravidão por viés distinto, mas com objetivo em comum. Escolhi examinar os jornais dos séculos XIX; neles constam um arcabouço de informações instigantes para o pesquisador, além de servir como ferramenta de venda e compra de escravos e produtos diversos, traz notícias e relatos pertinentes as províncias e a metrópole. O *corpus* documental online amplia o horizonte para novas pesquisas e viabiliza revisitar estudos consolidados abrindo caminhos para outras vertentes.

A documentação, por si só não é suficiente para reconstruir e interpretar os processos históricos; portanto, procurei alia-la à produção historiográfica sobre escravidão no Brasil. Há muitos estudiosos empenhados em desvelar a sociedade escravista, sobretudo as suas particularidades, dentre elas o cotidiano dos escravizados

dentro e fora da senzala, as redes de sociabilidade, organização do trabalho, interação com os senhores, origem e costumes. Esses aspectos costuram as múltiplas narrativas que se desdobram em linhas investigativas, que foram fundamentais para formular as hipóteses e objetivos do presente trabalho. A realização da elaboração e leitura dos gráficos externaram o viés econômico concomitantemente vinculado a história social, sem a qual comprometeria o resultado final. Desta forma, traçar o perfil do mercado de escravos no período de instabilidade numa sociedade marcada pelo dinamismo econômico, político e cultura, foi um grande desafio.

Os trabalhos do Manolo Florentino sublinharam o investimento dos senhores na aquisição de crianças, fossem elas compradas no interior da colônia ou vinda da costa africana. Poucas produções se ativeram em analisar os empreendimentos dos comerciantes na incorporação dos infantes; obviamente, as cifras são inferiores às dos adultos; no entanto, não menos importante quando se trata da reprodução da escravaria. Além dos artigos do Florentino, as autoras constantemente mencionadas aqui, Mary Karasch e Kátia Mattoso, detalharam a vida e cotidiano dessa gente imigrada forçadamente. O dia a dia na senzala, as relações de trabalho nas ruas da cidade fluminense, constituição familiar, ruptura e laços afetivos e o processo de comercialização dos escravizados enfatizando a saúde e higienização. Estas produções e outras foram essenciais na análise dos dados, nos lampejos de ideias e na confecção textual.

**Fontes:**

Diário do Rio de Janeiro (01/06/1821 a 31/21/1822)

Gazeta do Rio de Janeiro (03/05/1809 a 18/09/1821)

Volantim (04/09/1822 a 19/10/1822)

## **Bibliografia**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). História da vida privada 2: império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Schwarcz, 1997.

ALZATE, Adriana (org.); Florentino, Manolo (org.); Valencia, Carlos (org.). Impérios ibéricos em comarcas americanas (estudos regionais da história colonial brasileira e neogranadina). 2ªed. Rio de Janeiro/ Bogotá: 7 letras, 2010. V.1000.

BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão de tráfico. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

COSTA E SILVA, Aberto. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro. 2011.

\_\_\_\_\_. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto. 2008

ENDERS, Armelle. A história do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed: São Paulo: 2006.

FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. Uma lógica demográfica elástica: abolicionismo britânico e plantation escravista no Brasil (1789-1850). História Crítica. V 47, 2012.

\_\_\_\_\_(org). Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Companhia das Letras, 2000.



KLEIN, Herbert. S. A escravidão africana: América latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 321, 2009.

MACHADO, Maria Helena. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão", in: *Revista Brasileira de História*, v. 8, # 16, mar.-ago.1988.

MATTOSO, Katia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Ed brasiliense, 1988.

PÉTRE-GRENOUILLEAU, Olivier. A história da escravidão. São Paulo: Boitempo, 2009.

REIS, JOAO JOSE. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Negociação e Conflito. São Paulo: Schwarcz. 1989

THORNTON, John K. A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1680. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História (São Paulo. Online)*, v. 35, 2016.

VIDAL, Francisco; KLEIN, Herbert. Escravismo no Brasil." São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (2010).